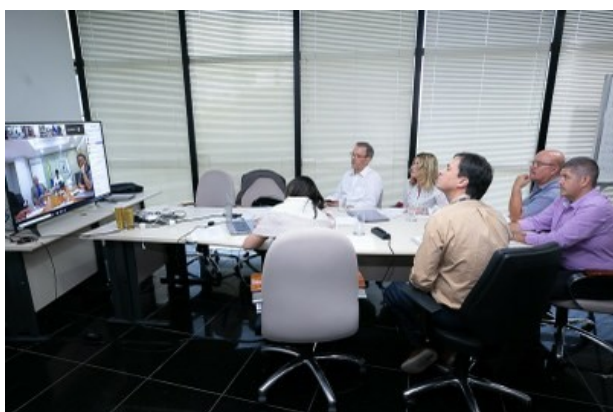




O que está sendo feito?

1. Reunião entre Giac, focalizadores e ministro da Saúde



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) realizou nesta segunda-feira (6) reunião entre o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e membros do Ministério Público Federal (MPF) e dos MPs Estaduais focalizadores para o trabalho de combate à covid-19. O objetivo do encontro foi estreitar os canais de diálogo entre o Giac e o

Ministério da Saúde, de um lado, e entre o próprio Gabinete Integrado e os focalizadores, de outro. Ao mesmo tempo, a videoconferência serviu para colocar os procuradores e promotores que atuam nas pontas em contato direto com o Ministério da Saúde, para ter um panorama nacional do enfrentamento da doença. Ao todo, participaram do encontro por videoconferência oito membros focalizadores do MPF e oito dos MPs Estaduais, além da coordenadora do Giac, Célia Regia de Souza Delgado, do secretário de Cooperação Internacional do MPF, Hindemburgo Chateaubriand, e do representante do Conselho Nacional do Ministério Público no Giac, Jairo Bisol.

Antes do encontro, foram enviadas ao ministério 23 perguntas formuladas pelos membros focalizadores do MPF e dos MPs Estaduais, recolhidas pelo Giac. Os questionamentos orientaram a apresentação do ministro. Para Célia Regina, o encontro representou passo importante no fortalecimento da interlocução do MP com autoridades do governo federal. A intenção do Giac é realizar reuniões semelhantes entre focalizadores e representantes dos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). [Leia mais.](#)



2. Novas ferramentas

Durante a videoconferência com os focalizadores nesta segunda, a Coordenação Nacional em Ciência e Tecnologia e Inovação do Giac anunciou que a equipe trabalha numa ferramenta de business intelligence para compilar e disponibilizar os dados relativos a destinações de verbas para o combate à pandemia obtidas por meio de ações judiciais e acordos. A ideia é controlar a origem dos recursos, os valores e a destinação. Para alimentar o banco, é essencial que os membros do Ministério Público enviem as informações sobre as verbas para o Giac, como solicitado por ofício na última semana.

A equipe está finalizando formulário on line para envio das informações pelas unidades do MPF e MPEs. Enquanto isso, os dados podem ser remetidos pelos membros do MPF para pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br. Para os membros dos MPs estaduais, o endereço é ces@cnmp.mp.br. Já para os membros do MPT, está disponível o formulário [Destinatômetro](#) a ser preenchido pela unidade ministerial, por meio de seus focalizadores.

Além disso, o coordenador em Ciência, Tecnologia e Inovação do Giac, o procurador regional da República Marcos Antônio da Silva Costa, informou que a equipe está trabalhando num robô para reunir e indexar dados públicos sobre a covid-19, de modo a subsidiar a atuação dos procuradores e promotores em todo o Brasil.

3. Autorização para distribuição de cloroquina para os estados

O Ministério da Saúde autorizou o envio de 500 mil comprimidos de Difosato de Cloroquina 150 mg às unidades da federação, para uso no tratamento complementar das formas graves da covid-19. O cálculo da quantidade destinada a cada estado considerou o total de casos notificados e um número de comprimidos para compor estoque reserva. A informação foi enviada ao Giac pela Secretaria de Vigilância em Saúde e agora será remetida aos membros focalizadores, para acompanhamento.



4. Liminares para assistência financeira a trabalhadores das plataformas Ifood e Rappi

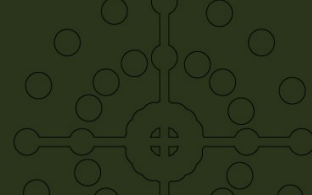
As plataformas digitais iFood e Rappi devem garantir assistência financeira a trabalhadores contaminados pelo novo coronavírus ou que integram o grupo de risco, para que eles possam se manter em distanciamento social com recursos necessários para sua sobrevivência. Com abrangência nacional, as decisões em caráter liminar decorrem de duas ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP) no último sábado (4) e também obrigam as empresas a fornecer materiais de higienização a todos os entregadores de mercadorias e refeições.

As plataformas digitais terão que repassar o equivalente à média dos valores diários pagos nos 15 dias anteriores à decisão, garantindo, pelo menos, o pagamento de um salário mínimo mensal. A medida abrange trabalhadores que integram grupo de risco (como os maiores de 60 anos, os portadores de doenças crônicas, imunocomprometidos e as gestantes), ou aos afastados por suspeita ou efetiva contaminação pelo vírus.

5. Sugestões ao texto da MP que institui o Programa Emergencial do Emprego e da Renda

A Medida Provisória 936, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispôs sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento da covid-19, recebeu um total de 971 emendas de redação, sendo 84 delas baseadas nas sugestões enviadas pelo Ministério Público do Trabalho.

As propostas do MPT abordaram a inconstitucionalidade da negociação individual para a suspensão contratual ou redução de jornada e salários; a impossibilidade de se estabelecer uma distinção injustificada entre empregados (hiperssuficientes e hipossuficientes) para a implementação das regras do Programa Emergencial; a proteção do trabalho do menor, do aprendiz e do deficiente; a manutenção da condição de segurado ao Regime Previdenciário durante a adesão ao Programa Emergencial. Todas as 10 propostas redacionais do MPT foram acolhidas por parlamentares. Sete emendas entraram nesta segunda (6/4).



6. Notas técnicas e recomendações do MPT

O Ministério Público do Trabalho divulgou link em que reúne todas as notas técnicas e recomendações produzidas sobre o coronavírus e sobre o trabalho de combate à pandemia. Os documentos trazem diversas diretrizes para a atuação do MPT e para a proteção dos trabalhadores. [Acesse aqui](#).